

## **REGULAÇÃO DE CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS: O PROGRAMA BERIMBAU-BA**

**José Célio Silveira Andrade**

Professor Adjunto da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (EAUFBA)

**Maria Teresa Franco Ribeiro**

Professora Adjunta da EAUFBA

**Maria de Fátima Barbosa Góes**

Coordenadora do Curso de Administração Hoteleira da UNIFACS

**Fabiana Rezende Abreu**

Mestranda do Instituto de Biologia da UFBA

### **Resumo**

Este artigo é resultado de uma pesquisa sobre regulação de conflitos socioambientais na área de influência do Empreendimento Turístico Costa do Sauípe, localizado na Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia (APA-LN). O objetivo deste trabalho foi analisar o processo de regulação de conflitos socioambientais à luz da abordagem sociológica institucionalista, focando o Programa Berimbau – Programa Social Sustentável de Costa do Sauípe, fruto de uma parceria entre a Sauípe S.A., Fundação Banco do Brasil e Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ). O Programa visa criar soluções alternativas à geração de trabalho e renda para as populações que vivem no entorno do Costa do Sauípe. Para tanto, propõe o desenvolvimento de um conjunto de ações estratégicas, em três segmentos: apoio às cadeias produtivas; melhoria da infra-estrutura social; e preservação da cultura local. O trabalho utilizou-se da estratégia metodológica intitulada «estudo de caso» e dos seguintes instrumentos de coleta de dados: análise de documentos; entrevistas semi-estruturadas e observação não-participante. Argumenta-se que o Programa Berimbau expressa a construção de ações cooperativas numa perspectiva de incluir os interesses dos atores locais impactados pelo Empreendimento e, conseqüentemente, regular os conflitos socioambientais existentes.

### **Introdução**

A área ambiental surgiu como um campo do conhecimento dedicado ao estudo das relações dos seres vivos com os meios em que vivem. Entretanto, segundo Scotto & Limoncic (1997), os trabalhos sobre o meio ambiente foram, aos poucos, se aproximando das ciências sociais, fazendo emergir algumas linhas de pensamento ecológico social que procuram defender que a gestão das relações sociais também é fator determinante para a definição dos diferentes modos de uso e apropriação dos recursos naturais. Essa ótica considera a gestão do meio ambiente como resultante da participação de atores sociais, da construção de sujeitos coletivos, da constante composição, oposição e negociação entre interesses individuais e coletivos em torno da

apropriação dos recursos naturais. A sustentabilidade desses recursos, para garantir a qualidade de vida, é um dos princípios básicos da análise sociológica sobre a relação ambiente e sociedade.

As investigações sobre turismo na área das ciências sociais aplicadas ainda limitam-se a questões de planejamento estratégico através do modelo de « clusters » e marketing de destinos turísticos. Setor econômico altamente dinâmico, o turismo, considerado como « a indústria sem chaminés », ainda é pouco analisado pela perspectiva sociológica institucionalista que se dedica a estudar o processo de construção de mecanismos político-institucionais de regulação de conflitos socioambientais advindos das situações-problema causadas pelos empreendimentos turísticos sobre o ambiente local e a sociedade. Visando contribuir para o aprofundamento desse debate, este trabalho tem como objetivo analisar o processo de regulação de conflitos socioambientais, focando o Programa Berimbau – Programa Social Sustentável do Empreendimento Turístico Costa do Sauípe. Esse Programa visa criar soluções alternativas à geração de trabalho e renda para as populações que vivem no entorno do Costa do Sauípe, localizado na Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia (APA-LN). Para tal, o trabalho utilizou-se da estratégia metodológica intitulada « estudo de caso » e dos seguintes instrumentos de coleta de dados: análise de documentos institucionais; entrevistas semi-estruturadas com informantes-chave e observação não-participante através de pesquisa de campo.

### **1. Referencial Sociológico Institucionalista: grade analítica**

Pode-se afirmar que todos os problemas socioambientais são formas de conflitos sociais entre interesses individuais e coletivos, envolvendo a relação ambiente–sociedade. Assim, travam-se, em torno de problemas socioambientais, confrontos entre atores sociais que defendem diferentes lógicas para a gestão dos bens coletivos de uso comum, seguindo lógicas próprias a cada um deles. Em síntese, pode-se afirmar que durante o processo de confrontação entre interesses opostos, configuram-se os conflitos socioambientais, e da relação confronto-negociação entre atores sociais, resultam os mecanismos de coordenação que permitem a regulação desses conflitos.

Para Scotto & Limoncic (1997), a área de interseção deste processo depende, essencialmente, de alguma forma de entendimento, de acordos entre as partes, visando definir, por exemplo, o que é público e o que é privado, o que pode ser feito individualmente e o que deve ser legitimado pela coletividade. Isto não se dá de maneira automática, mas com base em negociações. Para a compreensão do Programa Berimbau, como um mecanismo político-institucional de regulação de conflitos socioambientais na área de influência direta do Costa do Sauípe, este artigo utiliza-se de uma grade analítica (ver Quadro 1) que emergiu do referencial

sociológico institucionalista e que vem sendo empregada por Andrade e Dias (2003) e Andrade et al. (2003a,b) como padrão investigativo nas pesquisas sobre regulação de conflitos socioambientais nos setores de celulose e de turismo.

### **Quadro 1– Grade Analítica da Pesquisa**

1. Reconstituição histórica da situação socioambiental.
2. Identificação dos principais atores envolvidos.
3. Verificação do que cada um dos atores percebe como problema.
4. Identificação dos elementos ambientais e seus diferentes modos de apropriação social.
5. Mapeamento dos conflitos de interesse entre os atores envolvidos.
6. Identificação das regras de controle e arcabouço político-institucional de regulação.
7. Verificação da evolução do nível de organização social.
8. Identificação das diferentes redes interinstitucionais de representação de interesses.
9. Reconhecimento dos projetos e estratégias de ação utilizadas pelos atores envolvidos.

Fonte: Adaptado de Andrade e Dias (2003) e Andrade *et al.* (2003a,b).

## **2. Empreendimento Turístico Costa do Sauípe**

Considerado o maior pólo de turismo, lazer e negócios da América do Sul, o Empreendimento Costa do Sauípe, distante 76 Km do Aeroporto de Salvador, através da BA-099 (Linha Verde), ocupa uma área de 172 ha da Fazenda Sauípe, localizada no município de Mata de São João. Situado na APA-LN, este empreendimento localiza-se na Zona Turística Litorânea denominada de Costa dos Coqueiros. A Fazenda Sauípe de 1.770 ha, propriedade da Odebrecht S.A., em cujo interior foi implantado o Empreendimento, caracterizava-se pelo predomínio de atividades agropecuárias tradicionais, através do uso direto de recursos naturais. A região é bem provida de recursos hídricos, caracterizados pelos rios Sauípe e Santo Antônio, e rica em manguezais, restingas, dunas, lagoas, coqueirais e trechos preservados de Mata Atlântica. A área de influência direta do Costa do Sauípe (ver Figura 1 em anexo), onde moram cerca de 10 mil habitantes, compreende tanto localidades pertencentes ao município de Mata de São João (Santo Antônio, Diogo, Areal, Curralinho e Vila Sauípe) quanto os povoados de Porto Sauípe e Canoas localizados no município de Entre Rios (Andrade *et al.*, 2003a).

O Costa do Sauípe é um empreendimento turístico-hoteleiro, voltado para os mercados turísticos nacional e internacional, de propriedade da Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), depois que a Odebrecht decidiu vender, em 2003, os 8,8% de participação que ainda detinha. Concebido em 1993, o projeto Costa do Sauípe prevê, a longo prazo, a disponibilização de 65.366 leitos, através da construção de 62 hotéis, 60 pequenas pousadas, 4 campings, centros de convenções, casas comerciais, restaurantes, equipamentos esportivos, culturais, de entretenimento e lazer. Com as obras de infra-estrutura básica dotadas pelo governo do estado da Bahia, a primeira etapa do empreendimento, inaugurada em outubro de 2000, disponibilizou cerca de 1.596 acomodações (Complexo..., 2003). Essa etapa compreende 5 hotéis cinco estrelas de bandeiras internacionais (Renaissance Costa de Sauípe

Resort, Super Clubs Breezes Costa do Sauípe, Sofitel Suítes & Resort Costa do Sauípe, Costa do Sauípe Marriott Resort & Spa e Sofitel Conventions & Resort), 6 pousadas temáticas, 15 restaurantes, estrutura esportiva e um centro de entretenimento. A Previ investiu em Costa do Sauípe R\$ 500 milhões, gerando aproximadamente 2.400 empregos diretos e indiretos, dos quais 40% são ocupados por moradores dos povoados do entorno (Comunidade..., 2003).

### **3. Conflitos Socioambientais na Área de Influência de Costa do Sauípe**

Até a década de 70, com um processo lento de ocupação e uma base econômica consolidada em torno da agricultura de subsistência e de atividades extrativistas de produtos vegetais e animais, o Litoral Norte da Bahia não tinha sofrido grandes mudanças sócio-econômicas. No entanto, a partir das três últimas décadas, vem se observando modificações fundamentais na estrutura produtiva da região com a introdução de novas atividades econômicas, vinculadas, principalmente, ao segmento do turismo.

De acordo com Mattedi *et al.* (1999), no início dos anos 90, a atividade turística emergiu nessa região como a alternativa econômica mais dinâmica. Assim, o Litoral Norte da Bahia passou a ser preparado para a consolidação desta atividade, através de três intervenções governamentais: a formulação e implementação do Programa Governamental de Desenvolvimento Turístico da Bahia (PRODETUR-Bahia), a criação da APA-LN e a construção da Linha Verde (BA-099).

Em 1992, A APA-LN foi criada como uma das estratégias de conservação ambiental do PRODETUR, tendo em vista a necessidade de preservar os recursos naturais e culturais, ali existentes, pressionados pela construção da BA-099. A APA-LN estende-se do Rio Pojuca ao Rio Real, numa área de aproximadamente 1.400 km<sup>2</sup>, com 142 Km de extensão e 10 Km de profundidade, no sentido leste-oeste, abrangendo cinco municípios da região: Mata de São João, Entre Rios, Esplanada, Conde e Jandaíra (Mattedi *et al.*, 1999).

As atividades agropecuárias tradicionais e de produção extrativa vegetal e animal na área da APA-LN são responsáveis pela subsistência da maior parte da população nativa dos municípios de Mata de São João e Entre Rios. Estas pessoas asseguram sua sobrevivência mediante o trabalho autônomo relacionado ao uso, beneficiamento e/ou comercialização direta dos recursos naturais: pequena produção de coco, coleta de frutas, pesca, mariscagem e artesanato (Desemprego..., 2003). A atividade artesanal da palha de piaçava, cuja matéria prima é abundante em toda a região da APA-LN, é responsável pela ocupação, sobretudo, de mulheres nesses dois municípios. Mais da metade da população da região (56%) está abaixo da linha de pobreza (sem rendimento) e 23% ganha menos de um salário mínimo. Agravando o quadro, o

índice médio de analfabetismo gira em torno de 22%, chegando a mais de 50% em alguns povoados (CONDER, 2001).

Na década de 1990, a incorporação da APA-LN à dinâmica da « indústria sem chaminés », resultou vários impactos negativos sobre o meio ambiente e o modo de vida das comunidades locais, gerando alguns conflitos de interesses de natureza socioambiental analisados a seguir.

A construção da Linha Verde (BA-099), aliada à implantação de grandes empreendimentos turístico-hoteleiros, como o Costa do Sauípe, causou uma quebra de expectativas na população local quanto à geração de oportunidades de trabalho e renda para a região. As ofertas de trabalho e emprego não atingem significativamente as parcelas mais pobres da população, desqualificada para atender um público exigente com relação aos serviços oferecidos:

“O que queremos mesmo é trabalhar. A inauguração desses hotéis há três anos encheu a gente de esperança. As coisas melhoraram, aqui mesmo não havia luz elétrica, nem água encanada, mas precisamos de emprego” (Neuza Mendes, moradora de Santo Antônio).

“Quando o Complexo foi inaugurado, pensávamos que o turismo melhoraria e traria benefícios para todo mundo, mas o que vi foi chegar um monte de gente estranha, trazendo insegurança e aumentando o índice de desemprego” (Jailson Rodrigues, morador de Porto Sauípe).

A implantação de um modelo de desenvolvimento exógeno na região está associada a litígios com os moradores pré-existentes e, frequentemente, resulta em expulsão destes últimos dos seus habituais locais de residência, privilegiados, muitas vezes, por estarem próximos do mar ou rios (A Sauípe..., 2003). Muitos habitantes tradicionais, ainda hoje, seduzidos pela valorização desses espaços e geração de empregos, em função da dinâmica do turismo, vendem suas propriedades rurais para empreendedores e passam a viver em áreas urbanas marginais:

“Porto Sauípe, distante 5 Km do Costa do Sauípe, tinha apenas 1.500 habitantes antes da implantação do empreendimento, atualmente tem 6 mil. Um aumento resultante do impacto social negativo provocado pela quebra de expectativa de geração de trabalho e renda pelo turismo e pela expulsão da população rural. O crescimento desordenado em Porto Sauípe é tanto que já existem duas invasões na beira da estrada. A população só viu trabalho mesmo quando a Odebrecht estava construindo Costa do Sauípe. Foram cinco mil vagas no pico” (Francisco Santiago, morador de Porto Sauípe).

Entretanto, o processo de concentração fundiária é um movimento que remonta aos anos 70 quando intensificou-se a substituição de atividades tradicionais por florestas plantadas para a produção de celulose e carvão vegetal. Vastas áreas (adquiridas recentemente pela Bahia Pulp) foram utilizadas pelas empresas Copener e Sibra para plantações de eucalipto/pinus. Esse processo ameaça a sustentabilidade da APA-LN e contribui para a desestruturação de sistemas locais de produção. O artesanato de palha de piaçava é um dos sistemas mais ameaçados de desestruturação na área de influência do Complexo Costa de Sauípe. Esta desestruturação está relacionada à privatização da base de recursos naturais – até então, ‘livre’ ao acesso de todas as populações nativas da região e, particularmente, às mulheres artesãs da região de Sauípe. Segundo Loiola (2000), 54,4% dos empreendedores ligados ao artesanato mencionaram a

crescente distância e as dificuldades de acesso às fontes de matéria-prima (palha de piaçava). Este problema tem influência negativa sobre o processo produtivo do artesanato, seja pela restrição de acesso à matéria-prima seja pelas dificuldades na comercialização dos produtos e, conseqüentemente, colocando em risco a sustentabilidade do artesanato de palha de piaçava como uma das principais fontes de trabalho e renda das populações tradicionais da região (Mattedi *et al.*, 1999). Assim, a restrição ao acesso das comunidades tradicionais da área de influência do empreendimento Costa do Sauípe às reservas naturais de Mata Atlântica para a extração de palha da piaçava é um dos principais conflitos de interesses de natureza socioambiental da região. A Associação de Artesãos de Porto de Sauípe (APSA) luta pela implantação de projetos que assegurem o ‘livre’ acesso das comunidades locais às reservas naturais de Mata Atlântica, considerada pela Constituição Federal de 1988 como patrimônio nacional, e pela sustentabilidade, valorização e inserção das atividades tradicionais, como o artesanato, na cadeia produtiva do turismo:

Durante a realização do diagnóstico sócio-econômico com os artesãos associados a APSA, realizado sob encomenda da Comunidade Solidária, foi detectado que o problema sócio-ambiental não é a falta de piaçava. É que ali até bem recentemente, a três ou quatro anos atrás, embora todo o território tivesse dono, estes estavam bem longe e não incomodavam ninguém. Mas, depois do Complexo Sauípe, começou a haver um maior controle de terras, fechamento de áreas, que antes, embora fossem áreas particulares não chegavam a causar nenhum tipo de conflito maior. A população local tinha o acesso e uso comum daquela região. Assim, o acesso à palha de piaçava tendeu a ficar mais complicado mesmo depois da abertura do Projeto Sauípe. Na minha percepção existe sim o conflito, porque os depoimentos dos artesãos atestam que até bem recentemente a palha de piaçava era coletada num raio bem próximo às suas residências. Hoje, já há necessidade de atravessar a Linha Verde para o lado oeste ou «subir» pela estrada de ônibus ou caminhão alugados, em esquema cooperativado, para a extração de piaçava (Andrade *et al.*, 2003b, p.13)

Assim, pode-se afirmar que coexistem na área de influência do Costa do Sauípe pelo menos duas dinâmicas distintas (nas quais os conflitos socioambientais estão mais aparentes): a dinâmica do setor hoteleiro, em franco processo de expansão, donde o Costa do Sauípe é a sua mais fiel tradução e a microeconomia tradicional de subsistência que dadas as suas características vivem a margem desse setor dinâmico do turismo :

“Isso aqui parece a *Belíndia*. O lado da Bélgica é o Complexo, o da Índia é Porto Sauípe. Promessas são muitas, mas as ações concretas são poucas. Cheios de boas intenções o inferno e o Complexo estão cheios. Com a influência política do empreendimento eles deveriam fazer realmente algo pelo social” (Luiz Reina, morador de Porto Sauípe).

#### **4. Programa Berimbau**

Lançado oficialmente em julho de 2003, o Programa Berimbau expressa um conjunto de ações cooperativas numa perspectiva de incluir os interesses dos atores locais impactados pelo empreendimento Costa do Sauípe. Trata-se de um objeto-chave de regulação de conflitos socioambientais mediante a construção de mecanismos político-institucionais que aproximem as duas dinâmicas presentes na região (moderna e tradicional) e percebidas como excludentes pelos

atores sociais locais envolvidos. De acordo com representantes do Costa do Sauípe (2003), o Programa Berimbau visa integrar as comunidades da área de influência do empreendimento através de alternativas de geração de trabalho, renda e melhoria da qualidade de vida que venham a contribuir para a sustentabilidade, assegurando a possibilidade de participação dos atores sociais locais nos processos decisórios, evitando-se uma práxis distante da realidade social:

“Podemos sintetizar o Berimbau como um programa de redução da exclusão social, através de atividades econômicas associativas e cooperativas e, ao mesmo tempo, um canal de participação e de organização popular. Esse programa seria uma forma de corresponder às expectativas de que a cadeia hoteleira viria a gerar emprego em larga escala. Expectativa, aliás, que foi superdimensionada na época, já que não é simples a tarefa de colocar pessoas acostumadas à vida extremamente simples no atendimento de uma clientela com o nível de exigência internacional” (Francisco Oliveira, Coordenador do Programa Berimbau).

“Nos próximos 10 anos, vários outros Sauípes estarão instalados na região [Grupos Espanhóis, Portugueses e Italianos têm projetos ambiciosos para a região], aumentando substancialmente a população. Imagina como não ficarão as comunidades se ações de auto-sustentação não forem implantadas. Seria o caos social e nenhum hoteleiro gostaria disso” (Beraldo Boaventura, Gerente Sócio-Ambiental de Costa do Sauípe).

Convém salientar que a implantação do Programa Berimbau não representa um instrumento de responsabilidade socioambiental voluntário e sim o cumprimento do condicionante XXXI da Licença Ambiental de Operação do Costa do Sauípe (Resolução do Conselho Estadual de Proteção Ambiental - CEPRAM 2573/01), importante regra de controle do arcabouço político-institucional de regulação dos conflitos socioambientais :

“O Costa do Sauípe deve apresentar proposta para a criação de projetos socioambientais mediante parceria com os órgãos públicos estaduais e municipais para absorção do contingente de mão de obra excedente que ocorreu às localidades, no entorno do canteiro de obras, atraídos pelo empreendimento” (Costa do Sauípe, 2003).

Fruto de uma parceria interinstitucional entre a Sauípe S.A., Fundação Banco do Brasil e Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil (Previ), o Berimbau se propõe a desenvolver um conjunto de ações estratégicas em três segmentos: a) apoio às cadeias produtivas; b) melhoria da infra-estrutura social ; c) preservação da cultura local (Berimbau, 2004).

No segmento ligado ao fortalecimento das cadeias produtivas estão previstas as seguintes ações: a) apoio a atividades agrícolas (através da operação pela cooperativa – VerdeCoop - de uma unidade industrial de processamento de 9,8 t./d de resíduos do Costa do Sauípe para geração de 8 t./d de adubo a ser comercializada pela cooperativa de produtores rurais - Coopevales); b) revitalização da pesca e mariscação (mediante treinamentos técnicos e de gestão para 160 famílias de pescadores e marisqueiras e apoio às colônias de pescadores para a criação de entrepostos de comercialização do pescado); c) cadeia produtiva do artesanato (através da promoção de atividades de capacitação para melhoria da qualidade do artesanato e

estabelecimento de parceria com a Bahia Pulp para a criação de uma reserva extrativista - através da doação em regime de comodato de 5 ha de Mata Atlântica - visando um manejo mais sustentável da palha de piaçava). No que se refere ao segmento de melhoria de infra-estrutura social, o Berimbau prevê a recuperação de escolas, creches, implantação de bibliotecas públicas e instalação de postos telefônicos (visando facilitar o contato dos pequenos produtores com os seus clientes). No segmento cultural estão contempladas ações visando à construção de centros comunitários, restauração da estação ferroviária, implantação de uma rádio comunitária e apoio a grupos locais de teatro, folclore e capoeira (Comunidade..., 2004).

Além dessas ações a serem implantadas, a partir de 2002, alguns projetos já vinham sendo executados para a regulação de conflitos socioambientais, entre os quais: a) construção da Escola de Produção de Vila Sauípe (visando proporcionar melhorias na qualidade da produção artesanal e possibilitar maior capacitação da população local em técnicas agrícolas); b) inauguração da Loja do Artesão no interior do Empreendimento Costa do Sauípe (visando à inserção do artesanato local na cadeia produtiva do turismo e criação de um novo canal de comercialização de produtos); c) execução do projeto de alfabetização de adultos (BB Educar); d) apoio à Escola Comunitária Meninos do Porto; e) Reativação do Fórum de Acompanhamento da Implantação do Projeto Costa de Sauípe (visando acompanhar a gestão socioambiental do empreendimento e legitimar suas ações junto às comunidades da área de influência). Convém salientar que esse último mecanismo político-institucional de regulação foi criado em 1996, para atender ao condicionante XVIII da Licença de Implantação do Projeto Costa de Sauípe (Resolução CEPRAM 1326/96). A continuidade desse Fórum foi exigência da Resolução CEPRAM 2573/01, através dos condicionantes XXXVIII e XLII.

Para a escolha e legitimação desse conjunto de atividades, o Berimbau utilizou-se das seguintes estratégias de ação: a) análise das vocações locais; das carências/potencialidades das comunidades; o mercado e as expectativas dos consumidores; a integração das cadeias produtivas; o retorno socioeconômico e exequibilidade; b) participação das comunidades nos processos de decisão, execução, acompanhamento, controle e avaliação, através de: atores sociais locais representativos de moradores ou produtores (associações de moradores, artesãos, pescadores, comerciantes, líderes comunitários, presidentes de cooperativas etc.); instituições atuantes no desenvolvimento socioambiental da região (Ministério do Trabalho e Emprego, SEBRAE, Secretaria Estadual de Combate a Pobreza, Centro de Recursos Ambientais, Instituto de Hospitalidade etc.) e gestores do Berimbau (Sauípe S.A., Fundação Banco do Brasil e Previ).



## **Conclusão**

Este trabalho teve por objetivo analisar o processo de regulação de conflitos socioambientais na área de influência do empreendimento turístico-hoteleiro Costa do Sauípe. Partindo-se da problemática que considera o conflito socioambiental como um tipo de conflito de interesses envolvendo a relação ambiente-sociedade, este artigo utilizou uma grade analítica, inscrita no referencial sociológico institucionalista, que compreende os conflitos socioambientais a partir de uma ótica sociopolítica. Como para essa abordagem teórica é impossível analisar os conflitos socioambientais fora do contexto político-institucional que os envolve, utilizou-se essa premissa como fio condutor para a estruturação deste artigo.

Para tal, o trabalho procura compreender a dinâmica do empreendimento Costa do Sauípe e caracteriza os conflitos socioambientais da sua área de influência a partir da contextualização de situações-problema, tais como: a) quebra de expectativas da população local quanto à capilaridade econômica do empreendimento; b) acirramento do processo de concentração fundiária na região; c) desestruturação do sistema local de produção de artesanato de palha de piaçava.

Isto posto, constata-se que esses impactos negativos são resultantes de um modelo de desenvolvimento que não incorpora as trajetórias locais nas concepções dos empreendimentos. Essa lógica pode ser percebida através da coexistência de duas dinâmicas econômicas, vistas como incompatíveis: a moderna e a tradicional. Assim, uma nova relação entre Costa de Sauípe, o ambiente e a sociedade está sendo construída em uma perspectiva de integrar os pressupostos da sustentabilidade.

A análise do Berimbau como principal mecanismo político-institucional de regulação dos conflitos socioambientais na região defende o argumento que esse Programa significa o início de um processo de construção de laços de cooperação entre os “modernos” atores do segmento turístico-hoteleiro e os “tradicionais” atores sociais locais, incorporando os interesses em jogo, os fazeres, saberes e universos simbólicos do lugar.

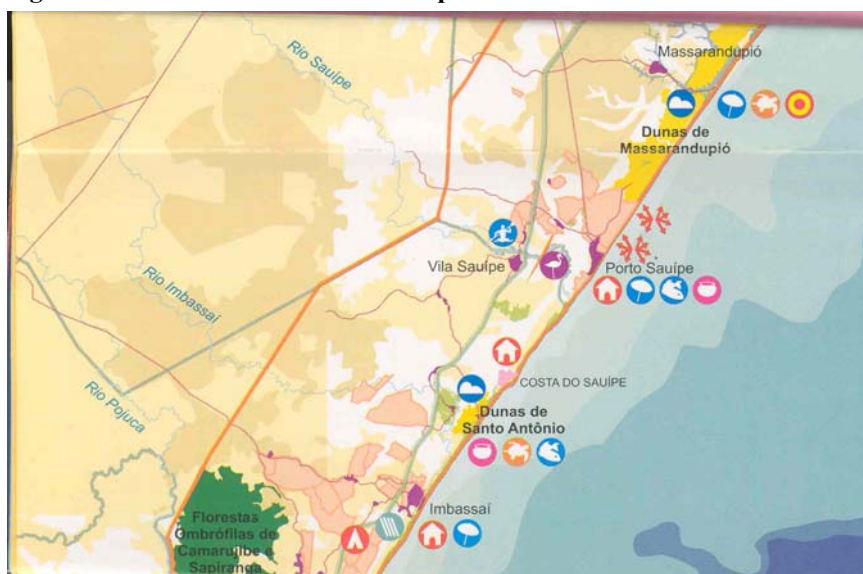
Este artigo aponta para a complexidade do objeto de estudo e traz à discussão os pontos principais de um projeto de pesquisa sobre regulação de conflitos socioambientais que valoriza a visão dos atores sociais envolvidos na construção de suas estratégias de ação visando a sustentabilidade da região em que vivem. Pretende-se, também, chamar atenção para a importância de novas contribuições teórico-metodológicas e empíricas sobre esta problemática.

## Referências

- ANDRADE, J.C.S.; DIAS, C.C. **Conflito & Cooperação**: análise das estratégias sócio-ambientais da Aracruz Celulose S.A. Ilhéus-Ba: EDITUS, 2003. 351p.
- ANDRADE, J.C.S. *et al.* Regulação de conflitos sócio-ambientais: efluentes do Complexo Costa do Sauípe. In: ENGEMA 2003. **Anais...**São Paulo, 2003a.
- ANDRADE, J.C.S. *et al.* Regulação de Conflitos Sócio-Ambientais na Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia : restrição ao acesso à matéria-prima para o artesanto local. In: ENANPAD 2003. **Anais....**Atibaia-SP, 2003b.
- A SAUÍPE que não está nos guias turísticos. **A Tarde**. 26/07/2003 (Caderno Local).
- BERIMBAU: Programa Social Sustentável de Costa do Sauípe. Março 2004. 38p.
- COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA – CONDER. **Programa de Desenvolvimento Sustentável para a Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte da Bahia – PRODESU**. Salvador, outubro, 2001.
- COMUNIDADE do entorno do Complexo Costa do Sauípe não tem infra-estrutura. **A Tarde**. 28/07/2003 (Caderno Local).
- COMUNIDADE precisa de auto-sustentação. **A Tarde**. 11/02/2004 (Caderno Turismo).
- COMPLEXO COSTA DO SAUÍPE: prejuízo força mudança. **A Tarde**. 16/11/2003 (Caderno Especial).
- COSTA DO SAUÍPE. **Berimbau**: Programa Social Sustentável de Costa do Sauípe. Dezembro 2003. 19p.
- DESEMPREGO cerca o luxo em Sauípe. **A Tarde**. 14/09/2003 (Caderno Economia).
- LOIOLA, E. *et al.* (coord.) **Relatório de pesquisa sobre empreendimentos formais e informais na área da APA-LN: Mata de São João e Entre Rios**. Salvador, jun. 2000.
- MATTEDI, M. R. M. *et al.* (coord.) **Diagnóstico socioambiental da Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte – APA LN**. Salvador, 1999.
- SCOTTO, G.; LIMONCIC, F. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: IBASE, 1997.

## Anexo

Figura 1 – Unidade de Análise da Pesquisa: Área de Influência do Costa de Sauípe



Fonte: CONDER (2001)